

MERCOSUL/CCM /DIR. N° 8/03

**REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DA ÁREA DE CONTROLE INTEGRADO
SANTA HELENA (BR- PUERTO INDIO(PY),CABECEIRA ÚNICA, EM SANTA
HELENA(BR)**

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, as Decisões N°s. 5/93, 12/93 e 2/99 do Conselho do Mercado Comum e a Diretiva N° 6/00 da Comissão de Comércio do MERSOSUL.

CONSIDERANDO:

Que consta na Resolução GMC N° 49/01 - Relação das Áreas de Controle Integrado do Mercosul, a Área de Controle Integrado – ACI, situada na cidade de Santa Helena(BR), modalidade cabeceira única;

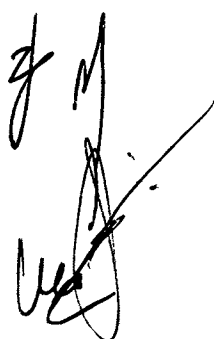
Que o Regulamento Administrativo e Operacional da referida ACI, foi acordado pelos representantes dos organismos de controle com jurisdição na fronteira, e aprovado pelos Coordenadores Locais que o firmaram na Ata de Integração de Aduanas desta ACI, realizada em 12 de dezembro de 2002,

**A COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUL
APROVA A SEGUINTE DIRETIVA:**

Art. 1 - Aprovar o “Regulamento de Funcionamento da Área de Controle Integrado/ Santa Helena(BR)- Puerto Índio (PY), cabeceira única, em Santa Helena (BR)” que consta como Anexo e que forma parte da presente Diretiva.

Art. 2 – A presente Diretiva deverá ser incorporada aos ordenamentos jurídicos nacionais de ambos os Estados Partes a partir da sua aprovação.

LXVI CCM – Montevideú, 27/XI/03

A handwritten signature in black ink, consisting of stylized, overlapping letters and flourishes, located in the bottom left corner of the page.

ANEXO

REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DA ÁREA DE CONTROLE INTEGRADO- SANTA HELENA(BR)- PUERTO ÍNDIO(PY),CABECEIRA ÚNICA, EM SANTA HELENA (BR)

REGIMES GERAIS

Título I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS CAPÍTULO I

DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1- Os procedimentos a serem realizados na Área de Controle Integrado de Santa Helena-BR, cabeceira única – Resolução GMC Nº 49/2001 de 05.12.2001, são os estabelecidos neste Regulamento e estarão sujeitos a permanentes atualizações, tendo em vista a dinâmica do intercâmbio comercial pelo Porto Lacustre de Santa Helena/BR e Porto Índio/PY.

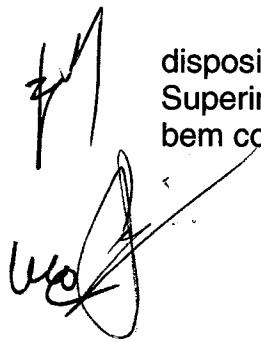
Art. 2- Ficam estendidas até a ACI – de Santa Helena a jurisdição e a competência dos Organismos e dos respectivos funcionários da República do Paraguai, intervenientes nos controles aduaneiros, migratórios, de saúde pública, fitossanitários, zoossanitários e de transporte, quando sejam exercidos em função de atividades vinculadas às operações de comércio exterior que ocorram por este Porto habilitado.

Art. 3- O controle do país de saída terá precedência sobre o controle do país de entrada.

Parágrafo Único - Sempre que for possível, as aduanas de ambos os países realizarão os controles de forma simultânea.

Art. 4- A ACI do Porto Lacustre de Santa Helena, situada no prolongamento da Rua Argentina, da cidade de Santa Helena, se constitui, para todos os efeitos legais, área de Zona Primária Aduaneira, sob a jurisdição da Inspetoria da Receita Federal de Santa Helena – BR e da Sub Administração de Aduanas de Porto Índio – PY.

Parágrafo Único - O Porto Lacustre de Santa Helena, alfandegado conforme dispositivos do Ato Declaratório Executivo Nº. 66, de 26 de junho de 2002, do Sr. Superintendente da 9ª RF, estabelece em seus artigos a jurisdição, a administração, bem como as operações autorizadas.



CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 5- Para efeitos do presente Regulamento se entende por:

- I. **CONTROLE** - O procedimento de verificação, executado por parte das autoridades competentes, intervenientes, do cumprimento das disposições legais, regulamentares e administrativas referentes à entrada e à saída de pessoas, meios de transporte e mercadorias da ACI – de Santa Helena.
- II. **CONTROLES INTEGRADOS** - Os procedimentos administrativos e operacionais executados pelos funcionários dos distintos Organismos que intervêm nos controles realizados na ACI – de Santa Helena, na forma prevista no art. 3 do presente Regulamento.
- III. **PAÍS SEDE** - A República Federativa do Brasil, onde se encontra instalada a ACI – de Santa Helena.
- IV. **PAÍS LIMÍTROFE** – A República do Paraguai.
- V. **PORTO LACUSTRE HABILITADO** – O Porto Lacustre de Santa Helena-BR, habilitado para a entrada e a saída de veículos/mercadorias entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai.
- VI. **INSTALAÇÕES** - Bens móveis e imóveis ocupados e utilizados pelos diferentes Organismos de controle na ACI – de Santa Helena.
- VII. **FUNCIONÁRIO** - Pessoa vinculada ao órgão encarregado de realizar controles na ACI – de Santa Helena, designada para ali exercer suas funções.
- VIII. **LIBERAÇÃO** - Ato pelo qual os funcionários responsáveis pelo controle autorizam os interessados a dispor dos documentos, veículos, mercadorias, bens ou qualquer outro objeto ou artigo sujeito ao referido controle, na forma prevista no artigo 3 do presente Regulamento.
- IX. **COORDENADORES LOCAIS** - O Delegado da Delegacia da Receita Federal em Foz do Iguaçu - BR e o Administrador de Aduanas de Ciudad del Este – PY .
- X. **ÓRGÃO COORDENADOR** - Pelo Brasil, a Delegacia da Receita Federal em Foz do Iguaçu, e pelo Paraguai, a Administração de Aduanas em Ciudad del Este-PY.

- XI. DEPOSITÁRIO – A Pessoa Jurídica, Prefeitura Municipal de Santa Helena, habilitada pela Secretaria da Receita Federal para a exploração dos serviços técnicos e especializados, relacionados com a armazenagem, manipulação, permanência e a movimentação de mercadorias dentro da Zona Primária, desde seu ingresso na ACI – de Santa Helena até sua liberação ou disposição legal autorizada.
- XII. ÁREA DE CONTROLE INTEGRADO – ACI - É o local onde se realizam os controles pelos órgãos intervenientes dos dois países.
- XIII. OUTROS SERVIÇOS - Empresas ou pessoas autorizadas pelos Coordenadores a realizar atividades ou serviços na ACI, de apoio às operações de comércio exterior.
- XIV. PESSOAS AUTORIZADAS – Pessoas que, de comum acordo entre os Coordenadores Locais, possam adentrar ao recinto da ACI – de Santa Helena, mediante identificação pessoal e profissional, para prestar serviços de acordo com o item XIII.

Título II

DAS DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS

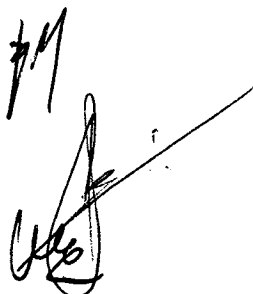
CAPÍTULO I

DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES PRIVADOS

Art. 6- Os funcionários, os agentes privados, despachantes aduaneiros, transportadores, agentes de transporte, importadores, exportadores, e outras pessoas vinculadas às operações de intercâmbio comercial e de prestação de serviços, inclusive os empregados do Depositário, estão autorizados a ingressar na ACI – de Santa Helena, devidamente identificados, para exercer suas funções, conforme disposições que deverão ser expedidas pelos Coordenadores Locais.

Art. 7- É vedada a saída de pessoas da ACI com bens ou mercadorias sem prévia e formal liberação aduaneira.

- 1. A saída de amostras de mercadorias da ACI, para análise, deverá estar amparada por documento específico de coleta, emitido pelo órgão competente.
- 2. A entrada e a saída de bens que constituam patrimônio dos organismos representados na ACI deverá ser precedida de comunicação escrita ao Depositário e ao Coordenador Local Brasileiro, que serão responsáveis pela guarda dos bens citados.



Art. 8- É vedado aos funcionários e agentes privados em exercício na ACI a prática de qualquer atividade, que não sejam inerentes às suas funções, nas dependências da Área.

Art. 9- Na ACI somente será permitida a permanência de pessoas diretamente relacionadas com os serviços ali realizados e devidamente identificadas, ou pessoas autorizadas.

Parágrafo Único- Em nenhum caso será permitido o ingresso ou a permanência, na ACI, de vendedores ou qualquer outra pessoa para prestar serviços não relacionados com a atividade de comércio exterior ou executar vendas de bens ou mercadorias.

SEÇÃO I

DOS FUNCIONÁRIOS

Art. 10- O País Sede proverá aos funcionários do País Limítrofe, para o exercício de suas funções, a mesma proteção e segurança dada a seus próprios funcionários.

Art. 11- O País Limítrofe adotará as medidas pertinentes para os efeitos de assegurar a cobertura médica a seus funcionários em serviço no País Sede.

Parágrafo Único- O País Sede prestará aos funcionários do País Limítrofe a assistência médica necessária nos casos de urgência.

Art. 12- Os Coordenadores da ACI deverão intercambiar as relações nominais dos funcionários dos órgãos, bem como dos agentes privados, que intervêm na referida Área, comunicando de imediato qualquer modificação introduzida nas mesmas.

Parágrafo Único- As autoridades competentes dos dois Países se reservam o direito de solicitar ao respectivo Coordenador a substituição de qualquer funcionário pertencente a instituição homóloga do outro país, em exercício na ACI, quando existam razões justificadas, mediante expediente escrito que exponha as referidas razões.

Art. 13- Os funcionários que, no exercício ou em razão de suas funções, cometerem delitos ou infrações na ACI serão submetidos aos tribunais de seu país e julgados por suas próprias leis.

Handwritten signature and initials in the bottom left corner of the page.

SEÇÃO II

DOS AGENTES PRIVADOS

Art. 14- Os empregados de empresas prestadoras de serviços do País Limítrofe estarão autorizados a ingressar na ACI, em razão de serviço de instalação, conservação ou manutenção de equipamentos, levando consigo as ferramentas e materiais necessários, mediante apresentação de documento de identificação emitidos pelas empresas prestadoras de serviços, estatais ou privadas, do País Limítrofe e prévia comunicação ao Coordenador Local e ao Depositário.

CAPÍTULO II

DAS COMUNICAÇÕES, DAS INSTALAÇÕES, DOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E BENS

Art.15- As Áreas a serem ocupadas pelos órgãos intervenientes serão distribuídas de acordo com o estabelecido em reuniões bilaterais e entregues mediante ata conjunta.

1. Sempre que necessário e possível, os órgãos homólogos deverão receber áreas de extensão similar.
2. O País Sede, deverá disponibilizar sala multiuso para agentes do comércio exterior, tais como despachantes e agentes de transporte .

Art.16- Estarão a cargo do País Sede:

1. Os gastos de construção e manutenção dos edifícios;
2. A execução dos serviços gerais de limpeza e higiene de todas as instalações;
3. Manutenção da ordem interna, da segurança patrimonial e dos bens existentes na ACI; e
4. A disponibilização de recursos para a movimentação de cargas para verificação e depósito.

Parágrafo Único- Às situações não contempladas no presente artigo aplica-se a Resolução GMC Nº 3/95.

Art.17- Estão a cargo do País Limítrofe:

1. a provisão de seu mobiliário;
2. a instalação de seus equipamentos de comunicação e sistemas de processamento de dados, assim como sua manutenção e qualquer outra melhoria adicional à infra-estrutura, mediante prévio acordo com a autoridade competente do País Sede.

Parágrafo Único - Às situações não contempladas no presente artigo aplica-se a Resolução GMC Nº 3/95.

Art. 18- O País Limítrofe poderá prover e instalar, na ACI, os meios necessários para propiciar a comunicação e transmissão de dados aos funcionários de seus organismos intervenientes nos controles integrados com prévia autorização da autoridade competente do País Sede.

Parágrafo Único- O disposto neste artigo abrange as comunicações telefônicas, de transmissão de dados, satélite e de rádios.

Art.19- Os bens e materiais dos organismos e dos funcionários do País Limítrofe, necessários ao desempenho de suas atividades na ACI, estarão isentos de restrições de qualquer natureza para o ingresso ou saída do País Sede.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo se aplicará aos bens e materiais dos agentes privados, mediante autorização dos Coordenadores Locais.

CAPÍTULO III

DA SEGURANÇA

Art. 20- A segurança na ACI é responsabilidade do País Sede.

Art. 21- Quando necessário, por solicitação do Coordenador Local, a segurança dada aos funcionários da ACI, terá o apoio da Força Pública.

Parágrafo Único – Qualquer servidor designado para exercer suas funções na ACI – de Santa Helena poderá solicitar apoio da Força Pública, em situações de emergência, visando garantir a segurança do mesmo no desempenho de suas funções ou para o cumprimento de ato.

CAPÍTULO IV

DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA ÁREA DE CONTROLE INTEGRADO

Art. 22- As atividades integradas considerar-se-ão iniciadas no dia 30 de setembro de 2002.

Art. 23- O horário de funcionamento da ACI – de Santa Helena será o do País Sede, de segunda-feira a sexta-feira, das 07:00h às 19:00h.

1. De acordo com a necessidade, os horários podem ser adequados pelas Administrações Aduaneiras, com o prévio acordo dos organismos

coordenadores e demais órgãos envolvidos, de acordo com a Resolução GMC Nº 77/99.

2. Os organismos instalados na ACI deverão adotar medidas que visem a assegurar o atendimento aos interessados dentro do horário estabelecido.
3. Quando o calendário de feriados não coincidir para os países integrados, cada país fará plantão de atendimento, mediante prévio acordo dos Coordenadores Locais.

CAPÍTULO V

DOS ÓRGÃOS INTERVENIENTES E SUAS COMPETÊNCIAS

Art. 24- Constituem órgãos intervenientes os correspondentes de cada Estado Parte, com competência para exercer os seguintes controles integrados:

- I. aduaneiro;
- II. fitossanitário;
- III. zoossanitário;
- IV. migratório;
- V. de transporte;
- VI. sanitário;

Art. 25- Os órgãos intervenientes exercerão, na ACI, os controles aduaneiros, fitossanitários, zoossanitários, migratórios, de transporte e sanitários, nos limites de suas competências legais.

Art. 26- Constituem órgãos integrados os abaixo relacionados:

Pertencentes ao País Sede (República Federativa do Brasil):

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL – IRF em Santa Helena – Controle Aduaneiro

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – MAA – Controle Zôo e Fitossanitário

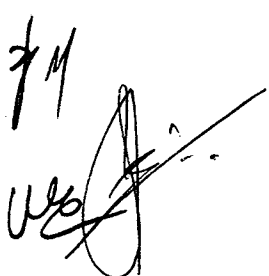
AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA – Controle Sanitário e de Saúde Humana.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE - IBAMA - Controle Ambiental

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTE TERRESTRE – ANTT – Controle de Veículos e Sistema Freteiro.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – DPF – Controle de Migração.

Pertencentes ao País Limítrofe (República do Paraguai):



DIRECCIÓN GENERAL DE ADUANAS – Sub Administración de Aduanas de
Puerto Índio - Controle Aduanero
MINISTERIO DE AGRICULTURA Y GANADERIA – Defensa Vegetal,
Defensa Animal, Forestal.
MINISTERIO DE OBRAS PÚBLICAS Y COMUNICACIONES
MINISTERIO DE SALUD PÚBLICA Y BIENESTAR SOCIAL.
MINISTÉRIO DEL INTERIOR – Dirección de Migraciones

1 - Outros organismos intervenientes no comércio exterior poderão instalar-se na ACI, desde que haja disponibilidade de instalações físicas.

2 -O órgão, constante do caput do presente artigo, que não tiver intervenção no processo específico de integração de que trata este Regulamento, não atuará nesta etapa da integração.

CAPÍTULO VI

DOS ORGANISMOS COORDENADORES

Art. 27- A coordenação dos órgãos paraguaios localizados na ACI será de competência da Direção Geral de Aduanas/PY.

Art. 28 A coordenação dos órgãos brasileiros localizados na ACI será de competência da Delegacia da Receita Federal em Foz do Iguaçu.

Art. 29- A coordenação da Área de Controle Integrado, de que trata este Regulamento, caberá ao Delegado da Receita Federal em Foz do Iguaçu, que a desenvolverá de acordo com as disposições constantes no Acordo de Recife, em seu Protocolo Adicional Regulamentar, Aditivos, bem como na legislação comunitária complementar.

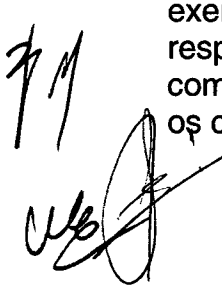
Título III

DA REGULAMENTAÇÃO OPERACIONAL

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DE CONTROLE

Art. 30- O registro e controle aduaneiro de saída e de entrada serão exercidos pelos funcionários do país de saída e do país de entrada, em sua respectiva ordem, cuja formalização se dará através de documentos decididos de comum acordo entre os Coordenadores Locais, que servirão, como base para todos os controles da Aduana Integrada.



1 - O disposto no caput do artigo será atualizado permanentemente entre os Coordenadores Locais de conformidade com o artigo 1 do presente Regulamento.

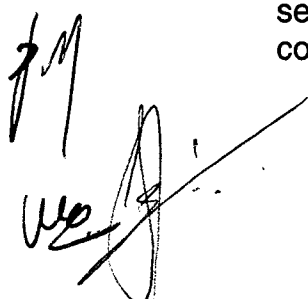
2 - Os organismos intervenientes do País Sede e do País Limítrofe poderão estabelecer rotinas de trabalho prevendo o controle simultâneo das mercadorias, veículos e pessoas que circulem na ACI, com a finalidade de tornar mais rápidas e eficientes as respectivas atuações, com a aprovação dos Coordenadores Locais.

Art. 31- Os funcionários competentes de cada país exercerão seus respectivos controles fitossanitários, zoossanitários, sanitários, migratórios, de transporte e aduaneiros, para o que :

- I. A jurisdição e a competência dos órgãos e dos funcionários do País Limítrofe considerar-se-ão estendidas junto à ACI;
- II. Os funcionários de ambos os países prestar-se-ão ajuda mútua para o exercício de suas funções na ACI, com o fim de prevenir e investigar as infrações às disposições vigentes, devendo ser comunicada, de ofício ou por solicitação da parte, qualquer informação que possa ser de interesse para o serviço;
- III. O País Sede obriga-se a prestar sua colaboração para o pleno exercício de todas as funções já mencionadas e, em especial, o imediato traslado de pessoas e bens até o limite internacional, para os efeitos de se submeterem às leis e à jurisdição dos tribunais do País Limítrofe, quando for o caso;

Art. 32- Para os efeitos de realização do controle integrado, fica estabelecido que:

1. No caso de não ser autorizado o desembaraço ou a liberação de mercadorias por qualquer autoridade do País Limítrofe, em razão de disposições legais, regulamentares e/ou administrativas, as mesmas deverão retornar ao território do país de saída, mediante determinação formal da autoridade que impediu sua saída, informando a autoridade do País Limítrofe, às autoridades do País Sede e ao Depositário;
2. No caso de não ser autorizado o desembaraço ou liberação da mercadoria por qualquer autoridade do País Sede, em razão de disposições legais, regulamentares e/ou administrativas, as mesmas deverão regressar ao país de saída, mediante determinação formal da autoridade que impediu sua entrada, informando à autoridade aduaneira do País Limítrofe e ao Depositário, ressalvado os casos em que a legislação do País Sede preveja a apreensão para fins de aplicação de pena de perdimento;
3. Naqueles casos em que não seja possível estabelecer controle simultâneo será estabelecida a ordem seqüencial dos controles, prevendo sempre que o controle integrado aduaneiro seja o último a ser concluído.



Parágrafo Único- Nos casos previstos, nos itens I e II, recomenda-se a facilitação dos meios e recursos para o retorno imediato, para fins de preservar as condições da mercadoria e/ou bens, evitando prejuízos aos operadores de comércio exterior.

Art. 33 – Aos órgãos do País Limítrofe é facultado receber, na ACI, as importâncias relativas aos impostos, as taxas e a outros gravames, de conformidade com a legislação vigente acobertadas por documentos pertinentes.

CAPÍTULO II

DOS CONTROLES ADUANEIROS DE VEÍCULOS E CARGAS

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34- Os caminhões e demais veículos que se dirigirem a ACI deverão circular:

1 - Com mercadorias destinadas a exportação brasileira, partindo da guarita do portão principal; passando pelo Estacionamento de Exportação I, para recepção de documentos e registro no sistema informatizado de Código de Barras; local de conferência física, retirada de amostras, balança para pesagem; Estacionamento de Exportação II e pela guarita de saída para embarque na balsa.

2 – Com mercadorias destinadas a importação brasileira, do local de desembarque até a guarita; passando pelo Estacionamento de Importação I, para recepção de documentos e registro no sistema informatizado de Código de Barras; balança para pesagem/local de conferência física/retirada de amostras; Estacionamento de Importação II e saída pela guarita do portão principal.

1 – Uma via do ticket de pesagem deverá ser anexada ao Documento de controle instituído pelos Coordenadores Locais, de acordo com o art. 29 do presente Regulamento.

2 – Todos os veículos com MIC/DTA, deverão estar com registro obrigatório no Sistema Informatizado de Controle de Veículos e de Cargas.

Art. 35 A verificação de mercadorias e de veículos que ingressem na ACI serão realizadas simultaneamente, na medida do possível, sem prejuízo da aplicação da legislação vigente em cada Estado Parte, sob o princípio de precedência do País de saída e de conformidade com os seguintes critérios:

1. Para os efeitos do deslocamento do meio de transporte do pátio de

estacionamento para a conferência física, a aduana do País de importação comunicará à Aduana do País de exportação, os veículos que deverão se apresentar para a fiscalização;

2. Havendo coincidência de seleção para conferência, o veículo e a mercadoria serão verificados conjuntamente pelas aduanas de ambos os países;

3. Nos demais canais, a aduana do país de exportação informará o término dos trâmites de verificação de veículos e mercadorias;

4. As Aduanas do País de exportação e do País de importação deverão apor, na nota fiscal das mercadorias, o carimbo autorizado de seus servidores, em todas as vias, visando à manutenção em arquivo da comprovação da fiscalização conjunta;

5. Os funcionários das Aduanas Brasileira e Paraguaia que por ocasião da conferência das mercadorias carimbarem a correspondente nota fiscal, terão seu carimbo como concordância com as quantidades e valores expressos nas respectivas notas fiscais;

6. Caso se apresente alguma Nota Fiscal para despacho sem ambos os carimbos, conforme o inciso anterior, deverá ser comunicada, por escrito, à Aduana do País Limítrofe ou Sede, conforme o caso, para que sejam apuradas as responsabilidades;

7. A verificação dos veículos pelas Aduanas dos Países Limítrofe e Sede será realizada na área destinada a verificação física/retirada de amostras.

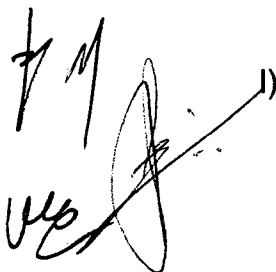
Art. 36- Os veículos de carga, com MIC/DTA que se dirigirem a ACI, deverão:

1 – Na Exportação Brasileira/Importação paraguaia, portar cinco vias do MIC/DTA, que terão a seguinte destinação:

- I) – 5ª via: guarita do portão principal, para registro de controle de entrada;
- II) - 4ª via: aduana do Paraguai;
- III) - 1ª, 2ª e 3ª vias: aduana brasileira, sendo uma via para arquivo do despacho e duas vias que, após o desembaraço, deverão ser assinadas e carimbadas e repassadas à aduana do Paraguai, que substituirá a quarta via nos documentos de despacho e fornecerá uma via assinada pelas duas aduanas ao transportador, para exibição na guarita de saída.

2 – Na importação brasileira/exportação paraguaia, portar cinco vias do MIC/DTA, que terão a seguinte destinação:

- I) - 5ª via: guarita de entrada, para registro de controle de entrada;



II) - 4ª via: aduana do Brasil;

III) - 1ª, 2ª e 3ª vias: aduana paraguaia, sendo uma via para arquivo do despacho e duas vias que após o desembaraço, deverão ser assinadas e carimbadas e repassadas a aduana do Brasil, que substituirá a quarta via nos documentos de despacho e fornecerá uma via assinada pelas duas aduanas ao transportador, para exibição na guarita de saída.

3 - Os veículos com carga deverão dirigir-se ao local de verificação física, passando obrigatoriamente pela balança, e, somente quando, estiverem de posse de todas as documentações necessárias para o desembaraço, a fim de se evitar o congestionamento e parada desnecessária.

Art. 37 – Veículos de passeio, caminhões de carga em lastre, pedestre, ciclistas, que farão a transposição de fronteira, deverão circular pela ACI, passando pelo prédio principal, a fim de serem submetidos à fiscalização.

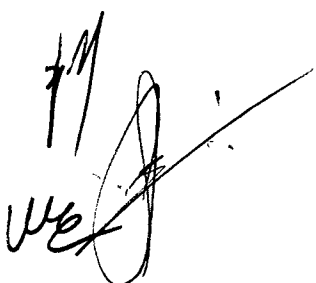
Parágrafo único – Ônibus e táxis, no transporte público de pessoas, com destino ao atracadouro, poderão circular pela ACI, no horário compatível para o seu fluxo com o da balsa, no trajeto entre o cais e centro da cidade, mediante cadastro prévio dos veículos, na Coordenação Brasileira da ACI, submetendo-se a fiscalização prevista neste artigo.

Art. 38- O País Sede deverá prover o sistema de controle informatizado da ACI com dados referentes à identificação do veículo que aí ingressar, incluídos o número do documento de controle instituído pelos Coordenadores Locais de que trata o artigo 30, do manifesto quando for o caso, do conhecimento de carga e dados de pesagem, sendo obrigatório a inclusão de dados no sistema de código de barras do sistema SOFIA.

SEÇÃO II

DOS LOCAIS PARA CONFERÊNCIA E CONTROLE

Art. 39- Os serviços aduaneiros relativos à função fiscalizadora de exportações e importações do País Limítrofe e do País Sede, respectivamente, serão realizados em área comum para ambos os países.



SEÇÃO III

DO DEPOSITÁRIO

SUBSEÇÃO I

DA COBRANÇA DE TAXAS

Art. 40- O Depositário realizará a cobrança de taxas de estadias para veículos, armazenamento e movimentação de cargas, e demais despesas incorridas em função da utilização de seus serviços, de acordo com disposto em instrumento contratual, assinado perante a Secretaria da Receita Federal.

SUBSEÇÃO II

DA RESPONSABILIDADE

Art. 41- O Depositário responsabilizar-se-á pelo controle de entrada e saída de pessoas e veículos, bem como das mercadorias armazenadas na ACI, conforme previsto no Contrato de Fiel Depositário mantido com a Secretaria da Receita Federal.

CAPÍTULO III

DOS CONTROLES SANITÁRIOS E FITOZOSSANITÁRIOS

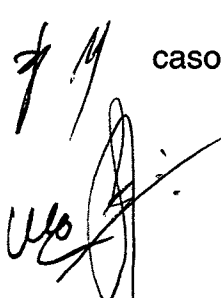
OBJETO DO CONTROLE

Art. 42 – Serão passíveis de controle os animais, os produtos, subprodutos e seus derivados de origem animal, material reprodutivo, produtos biológicos e quimioterápicos, destinados a uso veterinário e os vegetais, suas partes, produtos e subprodutos, que se destinem à exportação, importação ou trânsito internacional.

Art. 43 – Os funcionários habilitados dos serviços oficiais fito e zoossanitários dos Estados Partes procederão ao controle documental, físico, de identidade e de lacração que queiram sua intervenção, de acordo com seus manuais de procedimentos.

PRINCÍPIO DE CONTROLE

Art. 44 - As operações de inspeção deverão ser efetuadas, em todos os casos, de forma prévia às aduaneiras.



INSPEÇÃO CONJUNTA

Art. 45 – A inspeção conjunta será efetuada quando todos os órgãos intervenientes tenham recebido a solicitação de exame, procedendo-se o ingresso à plataforma de inspeção dos veículos que transportarem a mercadoria que será inspecionada, de acordo com os critérios de competência de cada órgão interveniente.

AMOSTRAGEM

Art. 46 - A coleta de amostra será executada com prévio entendimento entre os técnicos dos órgãos intervenientes, com o fim de manter sempre uma mesma rotina de trabalho para cada forma de apresentação das mercadorias animais e vegetais.

Parágrafo Único – O tamanho da amostra coletada deverá ser ajustado ao mínimo necessário para a avaliação da mercadoria.

EXAMES DAS MERCADORIAS

Art. 47 - As amostras serão retiradas de forma conjunta pelos órgãos intervenientes, sanitários e fitozoossanitários para as inspeções pertinentes de cada órgão.

Parágrafo Único – Quando exigido pela legislação vigente serão observados todos os aspectos inerentes à classificação de qualidade.

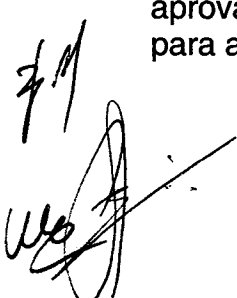
Art.48 - Finalizando os procedimentos de inspeção os volumes amostrados retornarão aos meios de transporte de onde foram retirados, devendo ser anotado no documento de coleta de amostras a quantidade de mercadoria retirada, para serem estabelecidos os resultados da inspeção.

Parágrafo Único - Os produtos envasados em frascos, latas, pacotes, etc. abertos para exame, não retornarão aos meios de transporte de onde foram retirados.

RESULTADO DA INSPEÇÃO

Art. 49 - Concluída a inspeção, cada órgão interveniente emitirá seu veredicto sobre as condições sanitárias e de qualidade da mercadoria vegetal ou animal examinada, da seguinte forma:

I – Produto Aprovado (vegetal/animal): quando os órgãos intervenientes aprovarem a mercadoria emitirão de imediato os documentos legais necessários para a liberação do embarque.



II - Produto Reprovado (vegetal/animal): quando os Organismos Intervenientes reprovarem a mercadoria, emitirão de imediato os documentos legais necessários para o retorno a origem do produto ou para a execução das medidas de tratamento zôo ou fitossanitário, classificação qualidade e/ou outras necessárias, que permitam, posteriormente, a liberação do embarque ou sua destruição.

SITUAÇÃO DE CONTROVÉRSIA OPERACIONAL

Art. 50- Em caso de divergência na inspeção e/ou no resultado desta, seja de origem técnica, operacional ou normativa, os técnicos intervenientes na fiscalização/inspeção comunicarão tal fato a seu chefe imediato, a fim de resolver controvérsia o mais rapidamente possível, devendo-se dar ciência à autoridade aduaneira e ao Coordenador Local.

TRÂNSITOS INTERNACIONAIS

Art. 51- Para produtos vegetais, os procedimentos de controle fitossanitário, no trânsito internacional entre os Estados Partes, serão realizados de acordo com os princípios quarentenários adotados pelo COSAVE-MERCOSUL e, no que se refere à intensidade das medidas adotadas, deverão respeitar os princípios de necessidade, mínimo impacto, manejo de risco e estarem baseados em análise de risco.

Art. 52- Nos casos de vegetais em trânsito internacional por fronteira poderão ser determinadas exceções acordadas mediante intercâmbio de listas de produtos vegetais, caracterizadas pelo risco fitossanitário.

Art. 53- Os produtos do reino animal devem contar com autorização prévia, baseada nas análises de risco efetuadas pelo país de trânsito, sem prejuízo dos acordos MERCOSUL.

CERTIFICADOS SANITÁRIOS, ZOOSSANITÁRIOS E FITOSSANITÁRIOS.

Art. 54- Os Certificados sanitários, fitozoossanitários serão emitidos por agente oficial habilitado, os quais conterão carimbo e assinatura do funcionário responsável, indicando o local e a data de ingresso, assim como o local e a data prevista para a saída, quando se tratar de trânsito a terceiros países.

Art. 55- Os modelos de Certificados sanitários e zoossanitários utilizados para os intercâmbios serão os acordados e/ou a acordar pelos serviços veterinários do MERCOSUL.

Art. 56- Para os produtos vegetais, utiliza-se o Certificado Fitossanitário Único, comum, aos Estados Partes.

Art. 57- Os inspetores fitossanitários devem estar registrados no COSAVE (Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul), Registro Único de Funcionários habilitados para emitir certificados fitossanitários internacionais.

INFRA-ESTRUTURA E MEIOS DE TRANSPORTE

Art. 58- Os meios de transporte de produtos animais e vegetais devem estar em condições que assegurem a conservação da mercadoria durante o trajeto.

CAPÍTULO IV

DO CONTROLE DOS MEIOS DE TRANSPORTE

Art. 59. Os controles referentes aos meios de transporte de cargas que forem executados na ACI pelos funcionários competentes deverão ajustar-se às normas de aplicação decorrentes do Acordo Sobre Transporte Internacional Terrestre (ATIT), de normas complementares e da normativa MERCOSUL.

CAPÍTULO V

DOS CONTROLES MIGRATÓRIOS

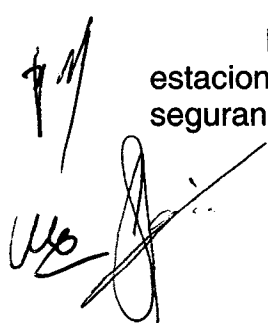
Art. 60 Os controles de saída e de entrada de pessoas no território de um Estado Parte estarão sujeitos à verificação por parte dos funcionários competentes de ambos os países situados na ACI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 61- É facultado aos órgãos intervenientes no despacho o uso de rádios transmissores, desde que observadas as exigências das normas sobre comunicação.

Art. 62- É vedado o ingresso na ACI, de qualquer veículo de uso particular, exceto dos funcionários e os casos previstos no art. 5º inciso XIII.

Parágrafo Único – O depositário deverá disponibilizar local para estacionamento privativo dos veículos de pessoas previstos neste artigo, com segurança e acesso restrito.



Art. 63- Os casos omissos serão dirimidos pelas disposições contidas no Acordo de Recife e seus Aditivos.

Art. 64- O presente Regulamento passará a vigorar na data da assinatura pelos Coordenadores Locais.

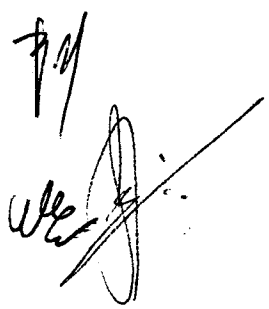
Santa Helena - Brasil, em 12 de dezembro de 2002.

COORDENADOR LOCAL – BRASIL

Delegado da Receita Federal
Foz do Iguaçu - BR

COORDENADOR LOCAL-PARAGUAI

Administrador de Aduana
Ciudad del Lesta-PY

Handwritten signature and initials in the bottom left corner, consisting of a stylized signature and the letters 'Wle'.